

Evolução e análise funcional de uma *domus* romana. A unidade habitacional da zona arqueológica das “antigas Cavalariças” de Braga

Juliana Ferreira da Silva¹

Unidade de Arqueologia, Universidade do Minho

Manuela Martins²

Unidade de Arqueologia, Universidade do Minho

Abstract

This work aims to give notice of the characteristics and evolution of a Roman *domus* in Bracara Augusta city, based on the results of the excavations conducted by the Unit of Archaeology at the University of Minho in the archaeological area of ‘Antigas Cavalariças de Braga’. The plentiful of data resulting from the excavations allowed to functionally analyze some of the *domus* spaces that have been described in accordance with its architectural evolution, between the flavian period and Late Antiquity. As a result different planimetric proposals for the various phases of the building are discussed and it is expected to contribute to a better understanding the Roman domestic architecture in *Bracara Augusta*.

1. Introdução

O estudo da arquitetura doméstica urbana constitui, presentemente, um estimulante campo de análise da sociedade romana provincial. Com efeito, a identificação de numerosas estruturas habitacionais nas diferentes cidades do Império ocidental, decorrente dos progressos da arqueologia urbana, facultou um novo olhar sobre a adaptação dos modelos arquitetónicos itálicos em diferentes contextos urbanos, fornecendo dados relevantes sobre as soluções construtivas, determinadas pela utilização de matérias-primas regionais e por distintas tradições de construção locais. Por outro lado, a análise das habitações permite inferir aspetos sociais, económicos e culturais que nos elucidam sobre os processos e ritmos de aculturação das diferentes regiões do Império.

Pode considerar-se que o estudo da arquitetura doméstica da cidade romana de *Bracara Augusta* é relativamente recente, se excetuarmos, os primeiros trabalhos que divulgaram a *domus* das Carvalheiras (Martins, 1997-98; Silva, 2000; Martins, 2004; 2009), a única que foi integralmente escavada e que representa, por isso, um modelo paradigmático do tipo de habitação das elites bracarenses. Mais recentes são os estudos que procuraram valorizar os vestígios de várias *domus* detetados em diferentes partes da cidade, no âmbito do “Projeto de

¹ Arqueóloga contratada da Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho.

² Professora catedrática da UMinho; IR do projeto de *Bracara Augusta*; IR do Projeto “Paisagens em mudança. *Bracara Augusta* e o seu território (séculos I-VII)” PTDC/HIS-ARQ/121136/2010.

Salvamento de *Bracara Augusta*”, desenvolvido pela Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho, desde 1976. Merecem, por isso, destaque os trabalhos realizados por Fernanda Magalhães (Magalhães, 2010; 2013; 2013a), de cariz predominantemente arquitetónico e funcional, bem como os de Jorge Ribeiro, mais centrados na problemática dos processos e sistemas construtivos (Ribeiro, 2010) e nos materiais de construção (Ribeiro e Martins, 2012: 15-34). Importa igualmente referir algumas abordagens de síntese, quer de natureza sociológica e cultural (Martins *et al.*, 2012), quer de natureza económica, que procuraram valorizar os possíveis custos da construção (Ribeiro e Martins, 2013).

Este artigo procura sintetizar os resultados da investigação realizada âmbito do Mestrado de Arqueologia da Universidade do Minho, concluída em 2013 (Silva Ferreira, 2013), que se centrou na valorização arquitetónica de mais uma *domus* de *Bracara Augusta*, possibilitando um acréscimo de dados relativos à temática da construção doméstica da cidade. A referida *domus* foi identificada na zona arqueológica das Antigas Cavalariças de Braga, no decorrer de escavações realizadas entre os anos 80 do século XX.

Neste trabalho procuraremos valorizar a *domus* como espaço habitacional e social, destacando-se a caracterização das suas partes orgânicas, mas também as atividades que decorreriam em cada um dos espaços. No entanto, e porque as casas eram contextos habitacionais dinâmicos, procuraremos igualmente identificar as diferentes fases construtivas da *domus*, tendo sido possível individualizar pelo menos três fases distintas, que se distribuem entre os finais do século I e a Antiguidade Tardia. Uma correspondente à sua fundação, datada da época flávia, outra encontra-se articulada com uma importante reforma ocorrida entre finais do século III/ inícios do IV, enquanto a última se relaciona com uma ocupação datável entre os séculos V/ VII.

2. O contexto urbano: a cidade de *Bracara Augusta*

Bracara Augusta corresponde a uma das três cidades fundadas por Augusto no NO peninsular, no âmbito da reorganização administrativa da Hispânia que se segue às guerras cantábricas. Apesar da incerteza que paira sobre a data da fundação da cidade, admite-se que a mesma tenha ocorrido entre 16/15 a. C., podendo, por isso, coincidir com a reorganização provincial da Hipânia (Martins *et al.*, 2012: 31).



Figura 1. Localização de *Bracara Augusta* na Península Ibérica (Martins *et al.*, 2012: 3).

As fontes epigráficas e arqueológicas disponíveis documentam uma forte componente indígena no processo de povoamento da cidade, bem como na organização do seu corpo cívico, bem documentada na epigrafia (Martins, 2009), que testemunha que as elites indígenas desempenharam cargos importantes na cidade, designadamente de carácter religioso, associados ao culto imperial (Martins e Carvalho, no prelo).

A escolha do local para a implantação da cidade parece relacionar-se com razões de natureza topográfica, correspondendo a uma colina aplanada, com altitude máxima de 200 m, da qual se controla a extensa veiga do rio Cavado a norte e a sul o vale do rio Este e também a mais pequena veiga do Penso. A cidade possuía, por isso, um amplo domínio visual sobre todo o território envolvente.

Fundada de raiz, *Bracara Augusta* foi dotada de uma malha ortogonal com orientação N/ NNO-S/SSE e O/OSO-E/ENE, que define a estrutura dos eixos viários, delimitando quarteirões quadrados, com cerca de um *actus* de área construída e pórticos de 12 pés (3,66 m), configuração detetada na zona das Carvalheiras bem como no quarteirão situado no lado nascente do cardo máximo e noutras intervenções arqueológicas realizadas na cidade (Martins *et al.*, 2012: 38).

A cidade terá atingido a sua máxima extensão no século II, registando então um grande desenvolvimento económico e demográfico que, associado a um aumento do poder de compra da população, terá determinado uma grande atividade construtiva, quer de carácter público, quer privado.

Nos finais do século III a cidade passa a assumir uma maior importância política e administrativa no contexto das cidades do noroeste peninsular, com a sua elevação a capital da nova província da *Gallaecia*, criada por Diocleciano (Martins *et al.*, 2012: 57). Este facto é confirmado pelas fontes arqueológicas, que demonstram um forte dinamismo construtivo, não só com a construção da muralha, como também pelas numerosas remodelações das *domus* identificadas na cidade, nas quais se identifica a instalação de banhos privados e de programas decorativos sumptuosos, contemplando pavimentos com mosaicos e paredes decoradas com pinturas a fresco. A remodelação de numerosas *domus* de *Bracara Augusta* demonstra que a cidade manteve uma elite residente endinheirada durante o século IV, a qual poderia associar-se às novas responsabilidades da cidade, enquanto capital provincial e mais tarde enquanto sede de bispado (Fontes *et al.*, 2010).

A instalação dos Suevos na região, em inícios do século V, não parece ter determinado o colapso da cidade, que permanece ocupada numa extensa área e que continua integrada nos grandes circuitos comerciais do mundo antigo. No entanto, regista-se a progressiva desafetação dos grandes espaços públicos da cidade clássica, designadamente dos edifícios de espetáculos (teatro, anfiteatro) e de lazer (termas), que são desmontados para obtenção de pedra e ocupados de forma parasitária por novas construções de carácter habitacional e artesanal, como foi documentado na área envolvente do teatro (Martins *et al.*, no prelo). Progressivamente, ao longo da Antiguidade Tardia a população vai-se concentrando no quadrante nordeste da cidade, o único que sobrevive na Alta Idade Média (Martins e Ribeiro, 2013), o que parece constituir uma consequência da instalação do complexo episcopal no sítio onde se ergue hoje a Sé catedral (Fontes *et al.*, 2010).

Os dados arqueológicos disponíveis demonstram que a estrutura ortogonal da cidade, com os seus quarteirões quadrados, ocupados por *domus*, permanece até finais do século VII, muito embora se registre, talvez a partir do século V, uma profunda alteração na morfologia das habitações, que se julga associada a profundas alterações nos hábitos de vida da população residente.

3. O estudo da arquitetura doméstica em *Bracara Augusta*

As primeiras referências à arquitetura doméstica na cidade de *Bracara Augusta* surgem a partir dos anos 60 do século XX, muito embora a grande maioria dos vestígios associados às *domus* que se conhecem atualmente tenha sido identificada nas intervenções arqueológicas realizadas em vários locais da cidade de Braga pela Unidade Arqueologia da Universidade Minho, a partir de 1977 (Magalhães, 2010) e pelo Gabinete de Arqueologia da Câmara Municipal de Braga, criado em 1992.

Os vestígios arqueológicos estudados até hoje permitiram reconhecer apenas a casa tipo *domus*, bem documentada pelo exemplar das “Carvalheiras”, datada do período flávio, que regista as características típicas da habitação doméstica urbana, rodeada de pórticos (Martins, 1997/98; Magalhães, 2010; 2013; 2013a). Ocupando a totalidade de um quarteirão e limitada por quatro ruas, esta *domus* oferece soluções construtivas que julgamos poder considerar generalizáveis a outras habitações, que tinham que resolver questões topográficas relacionadas com o pendor das vertentes da colina em que a cidade assentou. A casa desenvolve-se em duas plataformas distintas, com uma diferença de cota de cerca de 3 m, as quais se encontram articuladas por umas escadas interiores. Na plataforma superior, situam-se o *atrium* e os compartimentos envolventes, enquanto na inferior se localiza o núcleo do peristilo, que formalizava uma ampla área aberta em torno do qual se desenvolviam vários espaços da casa (Magalhães, 2010; Martins, *et al.*, 2012).

Os restantes exemplares de *domus* identificados até ao momento não permitiram um estudo tão complexo como aquele que foi realizado para a *domus* das Carvalheiras (Silva, 2000), muito embora tenham permitido identificar algumas das suas características.

A *domus* identificada nas escavações do “Ex Albergue Distrital”, não foi integralmente escavada, sendo contudo possível perceber que possuía um peristilo, em frente do qual se supõe poder situar um amplo *triclinium*. A parte escavada permite ainda definir que a entrada principal estaria situada a poente, virada ao cardo máximo e que na sua fachada se abriam várias *tabernae*, cuja entrada estaria abrigada por pórticos.

A *domus* localizada rua “Frei Brandão/Santo António das Travessas” faz parte do grupo de casas de peristilo reconhecidas na cidade. A área escavada corresponde à parte sul da habitação, encontrando-se disposta em volta de um espaço aberto, em redor do qual estariam situadas as áreas de representação, como uma *exedra* e um *triclinium*, bem como as áreas mais reservadas como *cubicula* e ainda o acesso a uma zona pública da habitação (Magalhães, 2013: 25 e 26).

Na zona arqueológica da “Escola Velha da Sé” também foi identificada uma *domus* apenas parcialmente escavada, que possuiria um peristilo que funcionaria como elemento ordenador e distribuidor dos outros espaços da casa (Magalhães, 2013: 23). As profundas remodelações da casa, datadas do Baixo-Império, dificultam, todavia, a compreensão da estrutura da *domus* no Alto Império.

A *domus* do “Seminário de Santiago” é outra das casas identificadas, muito embora se conheça apenas a parte correspondente ao peristilo. Numa primeira fase possuía um espaço aberto rodeado por um pórtico apenas em três lados, sendo um deles uma parede fechada. Correspondendo inicialmente a uma *domus* de pátio porticado, a habitação viria a ser remodelada entre finais do século III/ inícios do IV, tendo então o pátio sido ampliado e transformado num peristilo, com tanque central, revestido de mosaico, o que demonstra o caráter sumptuoso e luxuoso das *domus* do século IV (Magalhães, 2010: 116-118).

Ao conjunto de *domus* referidas podemos juntar aquela que foi identificada na zona arqueológica das “Cavaliças,” que é objeto de análise mais detalhada no ponto 4 deste trabalho.

4. A “domus das Cavalariças”

A “*domus* das Cavalariças” foi identificada na zona arqueológica conhecida como zona P1 das Cavalariças (CVL), localizando-se a oeste da Rua dos Bombeiros Voluntários e a este da rua de S. Geraldo, estando limitada a sul pelos terrenos do Instituto Monsenhor Airosa. Na malha da cidade romana, como podemos ver na figura 2, esta unidade habitacional situava-se a sul do *forum*, ao contrário de todas as outras *domus* identificadas anteriormente em *Bracara Augusta*.

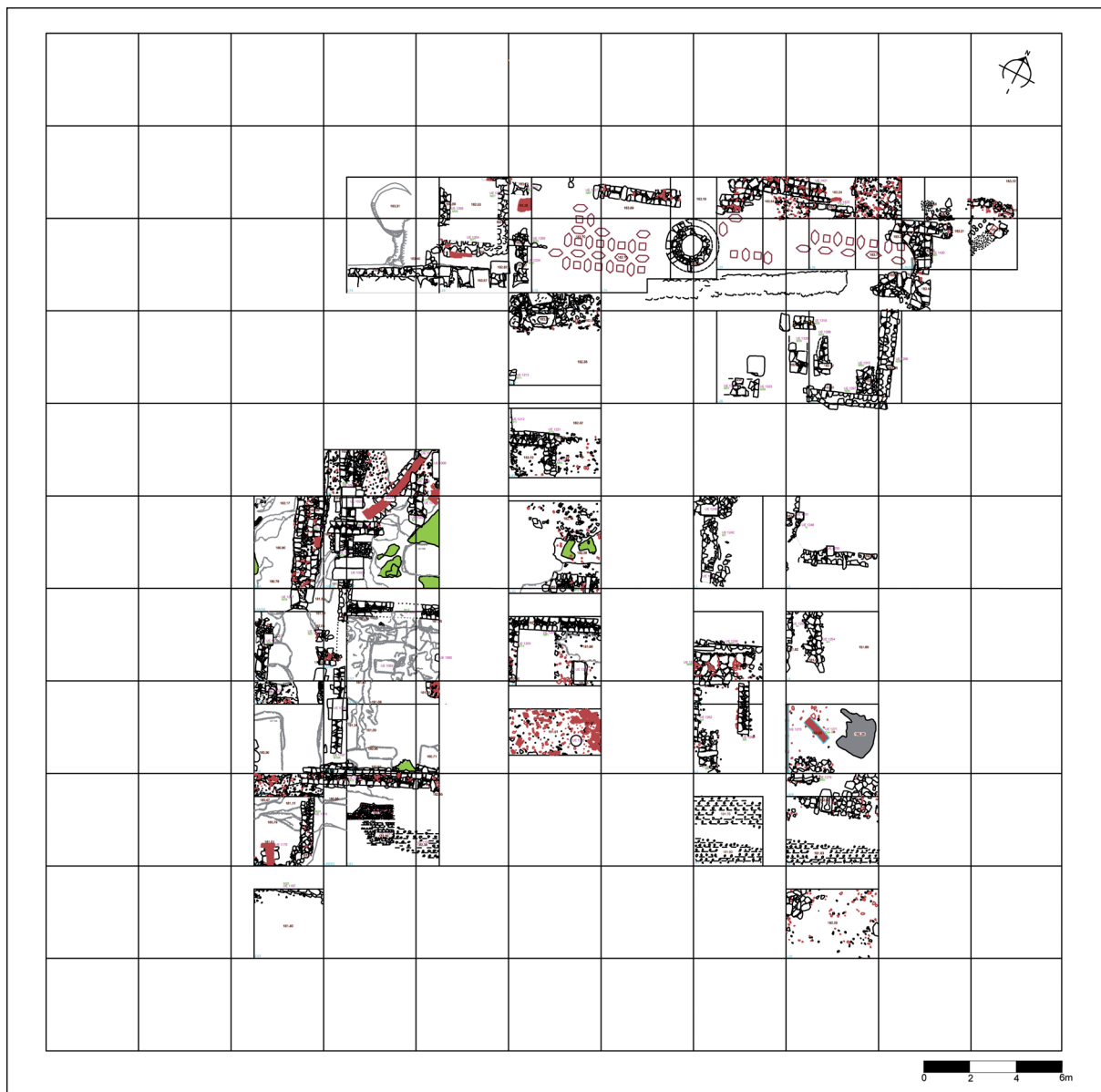


Figura 3. Planta geral das ruínas.

As escavações desta zona arqueológica iniciaram-se em 1986 (Delgado e Gaspar, 1986) e prosseguiram em 1988 e 1989 (Delgado e Martins, 1988), tendo resultado da necessidade de verificar a existência de estruturas na área onde estava prevista a construção do Museu de

Arqueologia D. Diogo de Sousa. Documentada a existência de ruínas, estas foram entulhadas, razão porque os vestígios da *domus* das Cavalariças se encontram atualmente sob a esplanada de entrada do museu.

4.1. O primeiro projeto (Fase I)

O primeiro projeto da *domus* data época flávia e sucede-se a uma anterior ocupação do local que pode ser situada entre a época de Augusto e meados do século I. Essa primeira ocupação associa-se a um conjunto reduzido de evidências construtivas representadas por canalizações e por um conjunto de 24 silhares retangulares, dos quais três são duplos, com 1 m de largura e 1m de comprimento, apresentando os outros 21 dimensões diferentes, com 0,50 m de largura e 1 m de comprimento.

Muito embora seja difícil compreender a primitiva funcionalidade dos silhares sabemos que alguns deles foram integrados nos muros de cronologia flávia que sabemos terem dado origem à *domus* (Delgado e Martins, 1988: 81-82).

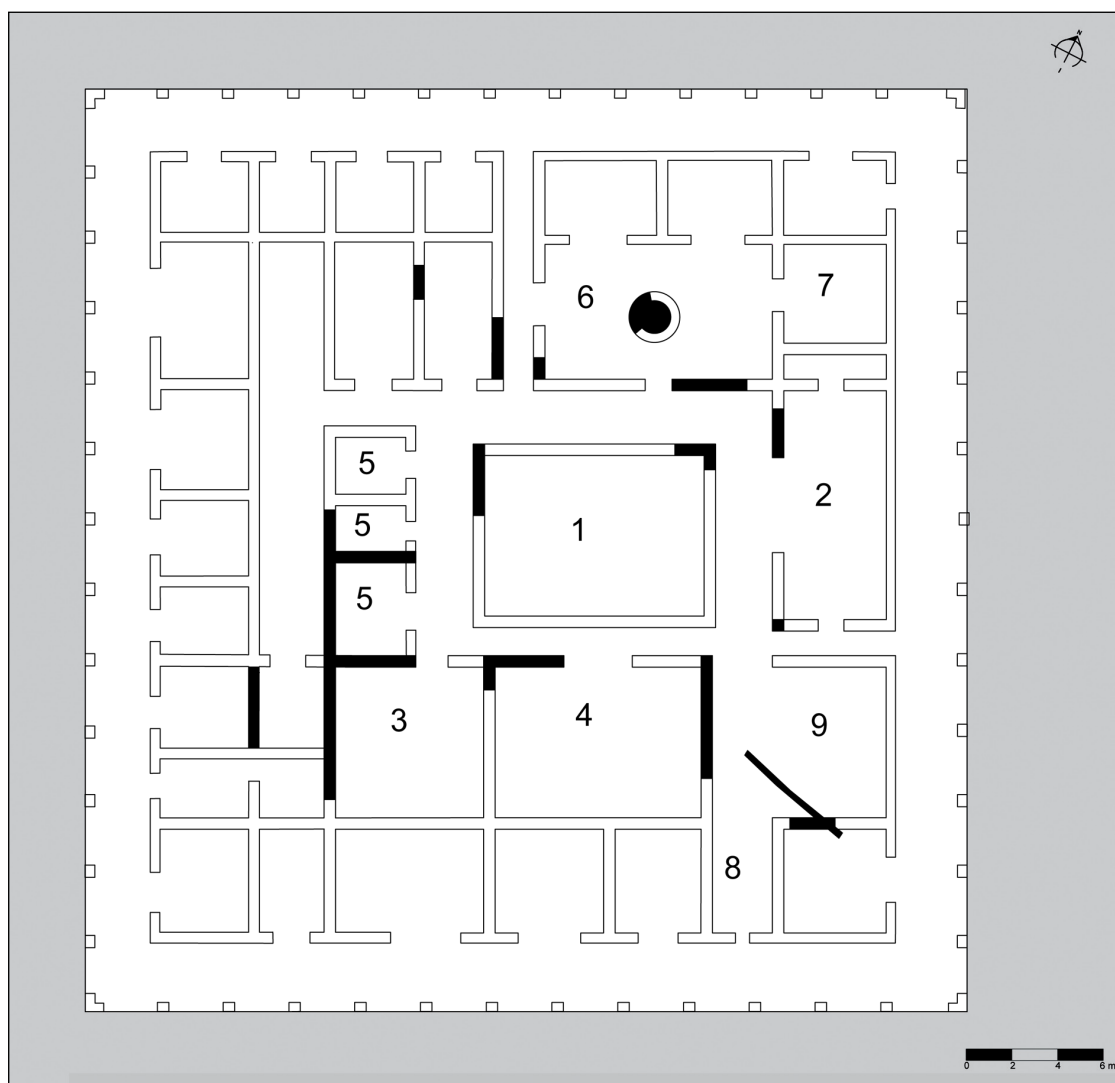


Figura 4. Planta interpretada da fase I da *domus*.

Os muros da habitação encontram-se solidamente implantados na rocha, revelando uma disposição que permite traçar um esquema organizacional hipotético da área interior da casa que se organizou em torno de um espaço aberto, o peristilo (área 1). Este espaço localiza-se no centro da casa, apresentando uma morfologia retangular, com cerca de 10,55 m de comprimento e 8 m de largura, o que perfaz uma área de 84,4 m². A existência de uma canalização situada na parte sudeste da zona escavada sugere a provável existência de um tanque central no peristilo, ou de estruturas hidráulicas.

O peristilo tinha a função de ordenar os compartimentos, sendo para ele que abriam os principais espaços da casa (Alarcão, 1985: 13).

Assim, a nascente, deveria localizar-se um *triclinium* (área 2), que, na circunstância, deveria corresponder a uma compartimento retangular, com aproximadamente 60 m², ainda que as evidências de estruturas neste setor sejam diminutas para ser possível realizar uma estimativa exata da morfologia e área do compartimento.

A sul do peristilo, parecem formalizar-se duas amplas salas que deveriam corresponder a espaços de receção. O da esquerda, com uma área aproximada de 48,90 m², poderia definir um *oecus* (área 3), espaço que possui, tradicionalmente, uma morfologia quadrangular, correspondendo, segundo Vitruvius, a compartimentos utilizados como grandes salões de receção, mas também de refeição. Já a sala contígua, situada à direita, poderia funcionar como *exedra* (área 4), apresentando uma morfologia retangular, com uma área aproximada de 69,30 m². Este tipo de compartimento apenas existia em habitações luxuosas e de maiores dimensões, definindo espaços de receção e de reunião, sendo habitualmente bastante ornamentado, pois a sua existência era em si mesma reveladora do estatuto do proprietário da casa (Paoli, 2000: 76).

No lado poente do peristilo podem ser identificados três pequenos compartimentos (áreas 5), que julgamos poderem corresponde a *cubicula*, normalmente colocados no centro da casa de forma a apanharem a luz matinal. Algumas casas podiam ter vários *cubicula* destinados à família e aos convidados, possuindo, todavia, quase sempre, dimensões reduzidas. O lugar reservado à colocação do leito (*lectus*) fazia-se representar por uma ligeira sobrelevação do pavimento (Paoli, 2000: 77).

Na parte norte da casa situava-se um grande espaço aberto, de morfologia retangular, do qual se conhecem apenas os limites, em cujo centro se situava um poço (área 6). Julgamos que podemos estar perante um pátio ajardinado, para o qual poderiam abrir os compartimentos situados a norte e nascente. Segundo Fernández Vega possuir um jardim na habitação era um luxo que, invariavelmente, remetia para o estatuto superior do seu proprietário (Fernández Vega, 1999: 161). São espaços de entrada de ar e de luz, permitindo, simultaneamente, que o proprietário e os seus convidados pudessem desfrutar de um espaço verde, realizando o conceito bem romano de *rus in urbe* que caracteriza os modelos arquitetónicos que se desenvolvem em Roma em meados do século I. Atendendo à disposição dos restantes espaços da casa podemos admitir que o compartimento situado a nascente (área 7) pudesse corresponder a uma cozinha (*culina*), que se situaria na proximidade do *triclinium* (área 2).

Dois compartimentos retangulares, de funcionalidade desconhecida, localizam-se a poente, podendo corresponder a possíveis *cubicula*.

Sendo comum que as *domus* possuíssem várias entradas, julgamos poder admitir pelo menos a existência de três. Uma delas, talvez a principal, deveria situar-se a sul (área 8), podendo definir um corredor (*fauces*), espaço que permitia a separação entre o exterior e o interior da habitação, estando localizado logo a seguir à porta. A outra entrada, que seria feita a partir do cardo máximo, estaria definida por um corredor mais estreito que poderia dar acesso direto ao pórtico do peristilo e daí à *exedra*, ou à área 9, que interpretamos como um *tablinum*, espaço que era igualmente acessível a partir do *fauces*.

A localização do *tablinum* na área 9 resulta das presumíveis dimensões deste espaço (6,57 m de comprimento por 5,84 m de largura) e da sua localização privilegiada relativamente às entradas na casa, pois a sua função de espaço de trabalho do pater familias, onde este recebia os clientes e tratava dos negócios, assim o exigia, situando-se quase sempre longe da área mais íntima da habitação. Para além das funções de escritório e de espaço de receção, o *tablinum* servia ainda de arquivo doméstico (Guillén, 1997: 67). Estes espaços normalmente não possuíam portas sendo encerrados apenas com uma cortina, de forma a resguardar o *dominus*. Eram salas profusamente ornamentadas com pinturas elaboradas, que se destinavam a demonstrar o poder económico do senhor da casa e, naturalmente, da própria família (Paoli, 2000: 75).

É presumível que existisse uma outra entrada de serviço na parte norte da casa, a qual poderia dar acesso ao pátio ajardinado e, conseqüentemente, a uma possível cozinha que aí pudesse existir.

Apesar de não possuímos evidências arqueológicas que o demonstrem, pois a área escavada não logrou atingir as paredes perimetrais da habitação, podemos presumir que, tal como acontece na “*domus* das Carvalheiras”, as fachadas da casa seriam ocupadas por *tabernae*, acessíveis a partir dos pórticos que deveriam cobrir os espaços de circulação pedestre ao longo das ruas. De resto a existência de lojas abertas aos pórticos, rodeando as casas, representa uma constante das *domus* identificadas até ao momento em de *Bracara Augusta*, facto que sugere uma animada vida económica ao longo das ruas (Martins *et al.*, 2012: 53).

4.2. A remodelação da *domus* (Fase II)

Os dados propiciados pelas escavações permitem identificar uma importante remodelação do interior da *domus* realizada entre os finais do século III e os inícios do IV. As principais alterações situam-se na parte norte da casa, muito embora a reforma tenha igualmente alterado a disposição dos compartimentos situados a nascente e as dimensões daqueles que se dispunham a sul.

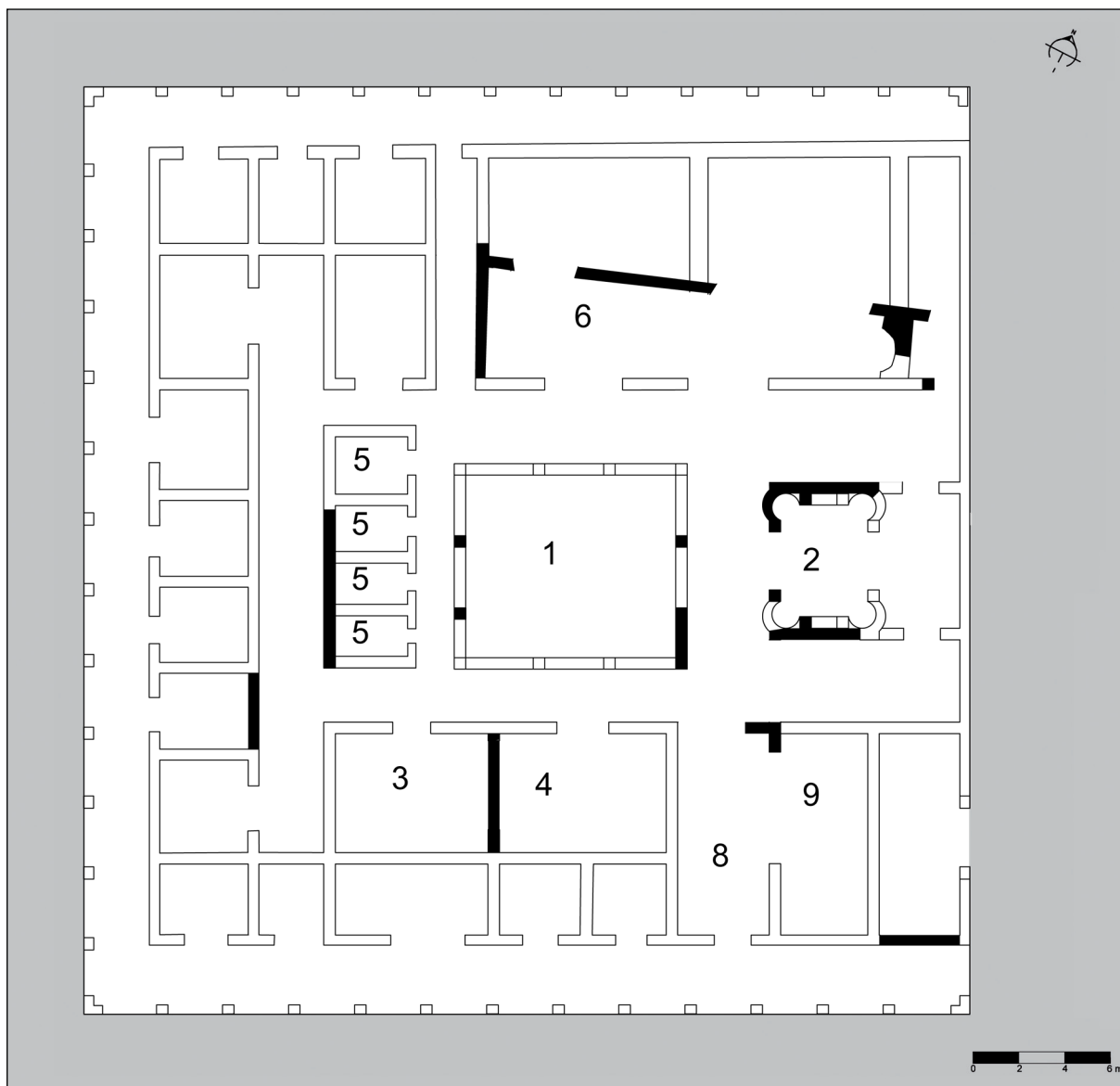


Figura 5. Planta interpretada da fase II.

No centro da casa encontramos novamente o peristilo (área 1), com a função de espaço ordenador e distribuidor dos compartimentos.

Na parte norte da *domus* o pátio ajardinado, correspondente à anterior área 6, foi totalmente remodelado, tendo sido entulhado o poço central que foi sobreposto por um novo pavimento de cuidada elaboração, que conjuga lajes de granito polido, dispostas de forma geométrica com decoração musiva. A reestruturação do espaço afetou também a sua própria morfologia, que adquiriu uma forma trapezoidal alongada, rematada no limite poente por uma exedra, que poderá ter albergado um ninfeu que decoraria este espaço aberto da casa. O pátio passou a possuir 17,80 m de comprimento por 4,84 m de largura, no seu limite mais largo, que se situava a poente. A norte da área 6 desenham-se dois grandes compartimentos que deveriam dar acesso ao pátio.

No lado nascente do peristilo surge uma nova sala, que substitui o antigo *triclinium* (área 2). De forma ligeiramente retangular, o espaço apresenta-se ornamentado com exedras

nos quatro cantos, as quais seriam rematadas por colunas, assentes em silhares quadrados. A morfologia deste novo compartimento é sofisticada e colhe paralelos na casa do Labirinto em Pompeia. Segundo Richardson este tipo de espaços, sempre associado a colonatas e a abundante decoração com pinturas e mosaicos, estava normalmente aberto para o peristilo, podendo possuir salas laterais que serviam para a preparação final da comida (Richardson, 1997: 165-166). Na circunstância da *domus* em análise podemos considerar que a nova sala triclinar remataria em duas salas periféricas uma a norte e outra a sul, que poderiam servir igualmente como espaços de receção, sendo de destacar a sua posição frontal relativamente ao peristilo. Por outro lado, pensamos que o novo triclinio poderia estar ligado a um espaço mais amplo, que poderia albergar maior número de convidados.

A sul do peristilo encontram-se novamente duas salas, que, embora mais pequenas que as anteriores podem ter mantido as funções de *oecus* (área 3) e de *exedra* (área 4). Por sua vez, a poente do peristilo deverão ter-se mantido os *cubicula* (área 5).

Os restantes espaços, exteriores à habitação, que albergavam as *tabernae*, podem ter-se mantido, ainda que seja de supor que as fachadas da casa possam ter avançado sobre os pórticos, à semelhança do que tem sido documentado nas remodelações das *domus* realizadas no mesmo período, identificadas noutros locais da cidade, designadamente nas *domus* das “Carvalheiras” e da “Escola Velha da Sé” (Martins e Ribeiro, 2013). Julgamos que terá sido isso que aconteceu na fachada nascente, que terá avançado sobre o pórtico, permitindo ampliar área destinada às refeições e à receção dos convidados.

Julgamos que nesta fase se terão reduzido as entradas na habitação, que teriam ficado reduzidas apenas a duas. Uma delas situava-se a sul e continuaria a dar acesso ao *fauces* (área 8) e conseqüentemente ao *tablinum* (área 9). Seria igualmente a partir desta entrada que se acederia ao peristilo e aos espaços de representação mais importantes da *domus*. Por sua vez, a entrada situada a norte deve ter sido mantida, podendo constituir uma entrada de serviço, eventualmente com um acesso mais fácil às dependências que se situariam a norte do pátio.

4.3. A sobrevivência da *domus* na Antiguidade Tardia (Fase III)

A última fase de ocupação da *domus* pode ser datada entre os séculos V e VII, período durante o qual este tipo de habitações sofre uma alteração substantiva na orgânica dos seus espaços internos, que se desarticulam perdendo as anteriores funcionalidades. Tomando por referência as *domus* escavadas em Mérida, na zona da Mouraria (Alba Calzado, 1999), podemos imaginar que em *Bracara* terá ocorrido um processo semelhante, caracterizado pela fragmentação dos espaços internos da casa, permitindo um tipo de utilização diferenciada das áreas físicas edificadas dentro do quarteirão, eventualmente repartidas entre diferentes proprietários. Estaremos perante um processo de longa duração, durante o qual as *domus* perdem o seu carácter unitário e unifamiliar, constituindo-se aparentemente como espaços residenciais que podiam albergar um número variável de famílias que ocupariam alguns compartimentos

em torno da área aberta definida pelos anteriores peristilos que passam a funcionar como pátios distribuidores.

Anatureza fruste dos muros construídos na Antiguidade Tardia, muitas vezes simplesmente assentes sobre os anteriores pavimentos, ou mesmo sobre pisos de terra batida, não facilita nem uma datação fina das alterações morfológicas das *domus*, nem uma compreensão adequada do processo que paulatinamente assinala o fim destas residências como casas de elite.

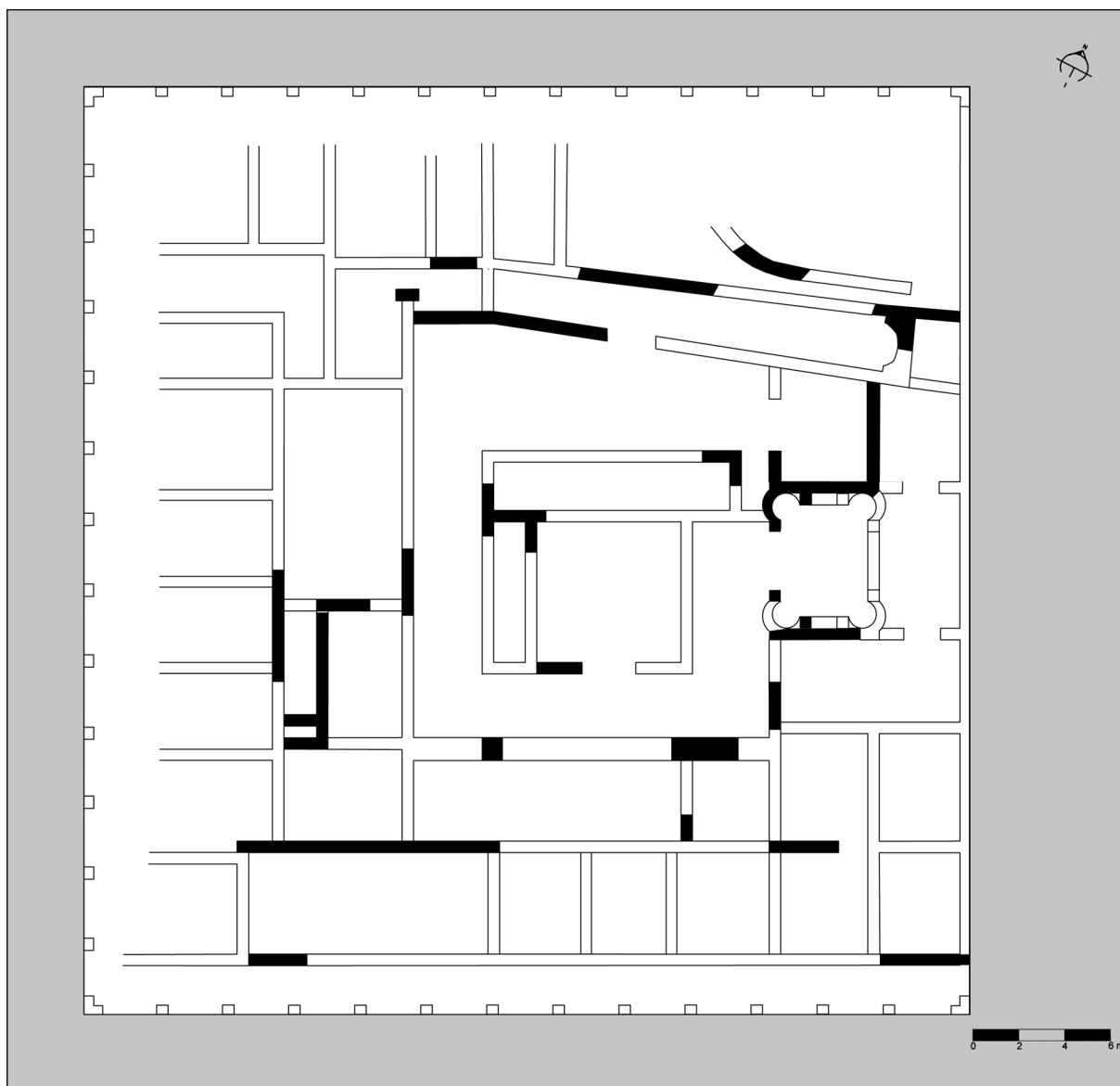


Figura 6. Planta interpretada da fase III.

Nesta fase verifica-se que alguns compartimentos anteriores da “*domus* das Cavalariças” são fechados, sendo outros reestruturados para ganhar mais área útil. Neste sentido, à luxuosa habitação do século IV, sucede um espaço mais compartimentado e heterogéneo, que pode ter deixado de pertencer a um único proprietário, atendendo à quantidade de novas dependências

que foram criadas no interior do quarteirão. No entanto, é possível que no século V a casa tenha ainda mantido o essencial das características herdadas do século anterior e que o processo de reorganização funcional do espaço tenha sido um fenómeno progressivo, associado às contingências políticas e económicas que atingem a cidade de Braga entre os séculos VI/VII.

Não sendo fácil atribuir funcionalidades aos novos espaços, é no entanto possível observar algumas das características dominantes das reformas ocorridas durante a Antiguidade Tardia, com destaque para uma maior compartimentação do espaço, e para o desaparecimento das áreas de representação que são divididas, passando a assegurar novas funções, que escapam ainda ao nosso entendimento.

A norte do peristilo, a anterior área 6, que definia um pátio, torna-se mais estreito, continuando a rematar no lado nascente num possível *ninféu*. O muro que formaliza o limite sul deste espaço assenta diretamente sobre o pavimento, o que pressupõe que este espaço deve ter perdido parte do seu protagonismo como zona nobre da casa, desenhando-se agora como um estreito corredor. A norte foi construída uma estrutura de funcionalidade desconhecida, que parece desenhar uma abside.

A interpretação global da área em possíveis unidades habitacionais mais ou menos autónomas é bastante comprometida pelo facto de não dispormos de elementos relativos às áreas correspondentes aos pórticos que poderiam então encontrar-se já totalmente fechados. Do mesmo modo, torna-se difícil compreender os acessos que podem ter servido a entrada nas diferentes áreas construídas.

5. Considerações finais

O tema da arquitetura doméstica urbana tem vindo a tornar-se referencial no estudo da sociedade romana provincial, uma vez que a casa, mais do que os edifícios públicos, realiza uma importante síntese entre os modelos difundidos a partir de Itália e as tradições construtivas próprias de cada região. Neste sentido, o estudo da casa urbana, tendo beneficiado dos extraordinários resultados propiciados pela arqueologia urbana, não deixando de ser uma tarefa árdua, devido aos constrangimentos que se colocam às escavações em meio urbano, constitui uma diretriz de investigação fundamental para a compreensão dos processos de aculturação das populações do Império, sendo também relevante para estimar o grau de riqueza e o nível cultural do corpo cívico das diferentes regiões integradas no mundo romano. Assim, o estudo das habitações urbanas permite identificar o nível de romanização das populações e a sua conformidade com os modelos construtivos e decorativos itálicos, ao mesmo tempo que nos facultam dados para valorizar a natureza das interações sociais e a dinâmica da economia urbana provincial ao longo dos séculos. Simultaneamente, e porque as casas eram espaços sujeitos a constantes renovações, elas facultam-nos um poderoso contexto para valorizar a integração de novos modelos arquitetónicos e decorativos, bem como a evolução das práticas e sistemas construtivos na longa duração.

Os conhecimentos disponíveis sobre a casa urbana em *Bracara Augusta* são ainda limitados, uma vez que estas construções são conhecidas a partir dos resultados da arqueologia urbana desenvolvida na cidade de Braga desde 1976. De facto, apenas existe uma casa integralmente escavada, que representa, por isso, o único caso em que foi possível obter uma planta total da *domus*. Todos os outros vestígios de *domus* detetados até ao momento nas escavações são setoriais, pelo que a restituição dos seus modelos planimétricos constitui sempre um exercício hipotético (Magalhães, 2010: 116-118; Magalhães, 2013: 18-19). Na verdade, não deixa de ser extraordinário que a única casa conhecida pormenorizadamente, correspondente à “*domus* das Carvalheiras”, reproduza um modelo de casa de átrio e peristilo, sendo, por isso, possível que muitas das habitações identificadas até agora como sendo apenas de peristilo possam integrar também um átrio.

A “*domus* das Cavalariças” foi construída nos inícios do século I e esteve ocupada pelo menos até ao século VII, tendo sido identificadas três fases distintas na sua morfologia.

Trata-se, aparentemente de uma *domus* de peristilo, que colocava em prática conceitos importantes da arquitetura clássica, como a ordem, a simetria e uma distribuição harmoniosa das partes. Enquanto espaço aberto o peristilo permitia a entrada de luz e de ar, podendo conter um tanque que recolhia a água das chuvas, assegurando a armazenagem do precioso líquido para lavagens e regas. Em torno do peristilo, que sofreu ligeiras recomposições, mas que se mantém enquanto espaço estruturante da casa, ao longo dos sucessivos momentos da sua ocupação, dispunham-se vários compartimentos que asseguravam as funções básicas da vida familiar, mas também da vida de relação. Enquanto os *cubicula* se situariam a poente, a sala triclinar parece ter-se mantido sempre no lado nascente do peristilo, localização preferencial deste tipo de espaço de representação, sugerida por Vitruvius, que garantia a receção dos raios solares do fim do dia. No lado sul encontramos dois grandes espaços, que pelas suas dimensões deveriam corresponder a áreas de representação (*oecus* e *exedra*), funcionando como salas de receção, que garantiam a interação da família com os visitantes.

Espaço indispensável em qualquer *domus* seria o *tablinum*, cuja localização a sudeste, nos é sugerida pela proximidade de duas das possíveis entradas na casa. Trata-se do espaço mais senhorial da casa, domínio privilegiado do *dominus*, pois seria aí que o dono da casa recebia a sua clientela e tratava dos seus negócios.

A “*domus* das Cavalariças” possuía ainda um outro espaço aberto, situado a norte do peristilo, que funcionaria como pátio ajardinado. No projeto inicial da casa configurava-se como uma grande área retangular, com um poço central, em torno da qual julgamos poder situar três compartimentos. Admitimos que este espaço fosse reservado à família, o que permitiria dispor na sua envolvente de algumas dos serviços indispensáveis ao funcionamento da *domus*, como seria a cozinha, que deveria estar perto do poço.

A evolução arquitetónica da *domus*, da qual se conhece apenas a reforma tardia, datada do Baixo-Império (fase II), não parece ter diminuído em nada a qualidade da residência. Com efeito, aquela remodelação alterou as características da sala triclinar situada a nascente, que

se torna mais requintada, anexando novos espaços a sul e norte, que podem ter servido como espaços de receção, mas também a nascente, o que teria permitido ampliar a área de refeições. Tal como acontece com a sala triclinar verifica-se uma importante revalorização do pátio aberto, situado a norte, cuja morfologia se altera para passar a definir-se como uma área trapezoidal supostamente rematada por um ninfeu. Tendo sido inutilizado o poço, este espaço recebe um rico pavimento, facto que o terá transformado num cenário menos familiar, transformando-o talvez num novo local de receção dos visitantes da casa.

O desconhecimento dos muros que compunham as fachadas da casa impede-nos de saber como as mesmas se ordenavam, ainda que seja presumível que dispusessem de *tabernae*, dispostas ao longo dos pórticos que ladeariam as ruas. Ignoramos, todavia, se a casa conheceu uma ampliação no Baixo-Império, à semelhança de outras conhecidas em Braga, que acabaram por integrar a área dos pórticos, aumentando, assim o espaço interno das habitações. Não encontramos igualmente quaisquer evidências que sugiram a introdução de banhos privados na *domus*, processo recorrente nas noutras habitações datáveis do século IV (Martins *et al.*, 2012). Mas, o que podemos afirmar é que o possessor desta *domus* seria seguramente no século IV um abastado elemento da elite urbana, tendo em conta a natureza das remodelações operadas, que que nos dá conta do requintado gosto do seu proprietário.

As transformações registadas na *domus* durante a Antiguidade Tardia configuram um processo de fragmentação do espaço interno da habitação e a alteração das funcionalidades tradicionais das áreas mais característicos da casa de tradição helenística. A melhor compreensão deste processo noutras *domus* de *Bracara Augusta* irá certamente permitir compreender melhor a natureza dos espaços que emergem no interior da habitação a partir do século V, cuja interpretação se afigura de momento ainda bastante difícil.

Bibliografia

Alba Calzado, M. (2005): “La vivienda en *Emerita* durante la Antigüedad Tardía: Propuesta de un modelo para Hispania”, *VI Reunion de Arqueologia Cristiana Hispanica. Las ciudades tardoantiguas de Hispania: cristinizacion y topografia*, Barcelona: 121-150.

Alarcão, J. (1985): “Introdução ao estudo da casa romana”, *Cadernos de Arqueologia e Arte*, 4, Coimbra.

Delgado, M. e Gaspar, A. (1986): “Intervenção arqueológica na zona P1 (Antigas Cavalariças do Regimento de Infantaria de Braga)”, *Cadernos de Arqueologia*, Série II, 3, Braga: 151-167.

Delgado, M. e Martins, M. (1988): “Intervenção arqueológica na zona P1 (Antigas Cavalariças do Regimento de Infantaria de Braga)”, *Cadernos de Arqueologia*, Série II, 5, Braga: 77-90.

Etiènne, R. (1992): *La vida cotidiana en Pompeya*, Colección Historia/14, Ediciones Temas de Hoy, Madrid.

Fernández Vega, P. A. (1999): *La casa romana*, Ediciones Akal, Madrid.

Fontes, L. Lemos, F. S. e Cruz, M. (1997-98): “Mais Velho que a Sé de Braga, Intervenção arqueológica na catedral bracarense: notícia preliminar”, *Cadernos de Arqueologia*, 14/15, Série II, Braga: 137 - 164.

Fontes, L, Martins, L., Ribeiro, M. C. e Carvalho, H. (2010): “A cidade de Braga e o seu território nos séculos V-VIII,” in García, A., Izquierdo, R., Olmo, L. e Peris, D. (eds.) *Espacios Urbanos en el Occidente Mediterráneo* (siglos VI-VIII), Toletum Visigodo: 255-262.

<http://hdl.handle.net/1822/13377>

Guillén, J. (1997): *URBS ROMA. Vida y costumbres de los romanos - La vida privada*, Vol. I, 4^o edição, Ediciones Sígueme, Salamanca.

Magalhães, F. (2013a): “As áreas residenciais de circulação e de representação das *domus* de *Bracara Augusta*”, *Estudios Humanísticos. Historia*, Nº 12, León: 39-63.

<http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=4609828>

Magalhães, F. (2013): “Arquitetura doméstica em *Bracara Augusta*”, *Interconexões*, Braga: 13-28.

Magalhães, F. (2010): *Arquitetura domestica em Bracara Augusta*, Tese de mestrado (policopiada), Universidade Minho, Braga.

<http://hdl.handle.net/1822/13619>

Martins, M. (2005): *As termas romanas do Alto da Cividade. Um exemplo de arquitectura pública de Bracara Augusta*, in Martins, M. (coord.) *Bracara Augusta. Escavações Arqueológicas1*, UAUM /NARQ, Braga.

Martins, M. (1997/98): “A zona arqueológica das Carvalheiras. Balanço das escavações e interpretação do conjunto”, *Cadernos de Arqueologia*, Série II, 14/15, Braga: 23-45.

Martins, M., Ribeiro, J. e Magalhães, F. (2006): “A Arqueologia urbana em Braga e a descoberta do teatro de *Bracara Augusta*”, *Forum*, 40, Braga: 9-30.

Martins, M. (2004): “Urbanismo e Arquitectura em *Bracara Augusta*. Balanço dos contributos da Arqueologia Urbana”, in *Simulacra Romae. Roma y las Capitales Provinciales del Occidente Europeo. Estudios Arqueológicos*. Tarragona: 149-173.

Martins, M. (2009): “*Bracara Augusta*. Panorama e estado da questão sobre o seu urbanismo, in Dopico Caínzos, D., Villanueva Acuña M. e Rodríguez Alvarez (eds), *Do Castro á Cidade. A romanización na Gallaecia e na Hispânia indoeuropea*, Lugo: 181-211.

Martins, M. e Fontes, L. (2010): “*Bracara Augusta*. Balanço de 30 anos de investigação arqueológica na capital da Galécia Romana”, in *Simulacra Romae II. Rome, les capitales de province (capita prouinciarum) et la création d’un espace commun européen. Une approche archéologique. Bulletin de la Société archéologique champenoise*, Mémoire nº 19, Reims: 111-124.

Martins, M., Ribeiro, J., Magalhães, F. e Braga, C. (2012): “Urbanismo e Arquitectura de *Bracara Augusta*. Sociedade, economia e lazer”, Ribeiro, M. C. e Melo, A. (coords.), *Evolução da paisagem urbana. Sociedade e economia*, Ed. CITCEM, Braga: 29-67.

Martins, M. e Ribeiro, M. C. (2013): “Em torno da Rua Verde. A evolução urbana de Braga na longa duração”, M. C. Ribeiro e A. Melo (coord.) *Evolução da Paisagem Urbana. Transformação morfológica dos Tecidos Históricos*, Braga, Ed. CITCEM/IEM: 11-44.

<http://hdl.handle.net/1822/23983>

Martins, M. e Carvalho, H. (no prelo): “As transformações do território. *Bracara Augusta* e o seu cadastro *Colóquio Internacional Las Ciudades del Poder*, Lugo, 24-26 de Outubro 2013.

Martins, M., Cunha, A., Magalhães, F., Ribeiro, J., Braga, C. e Peñin, R. (no prelo): “Metamorfoses de um espaço urbano. A sequência de ocupação da Zona Arqueológica da R. Afonso Henriques n.ºs 42 a 56, em Braga”, *Oppidum*, n.º 7.

Morais, R. M. L. (2001): “Breve ensaio sobre o anfiteatro de *Bracara Augusta*”, *Forum*, 30, Braga: 55-76.

Paoli, U. E. (2000): *Urbs. La vida en la Roma Antigua*, Editorial Iberia, Barcelona.

Ribeiro, J. (2010): *Arquitectura romana em Bracara Augusta: uma análise das técnicas edilícias*. Dissertação de Doutoramento (policopiada), Universidade do Minho, Braga.

<http://hdl.handle.net/1822/12232>

Ribeiro, J. e Martins, M. (2012): “Materiais de construção em *Bracara Augusta*”, Melo, A. e Ribeiro, M. C. (coord.) *História da Construção. Os materiais*, Ed. CITCEM, LAMOP, Braga: 15-34.

<http://www.lasics.uminho.pt/ojs/index.php/citcem/issue/view/74>

Ribeiro, J. e Martins, M. (2013): “Os processos construtivos da edificação privada em *Bracara Augusta*: o caso da *domus* das Carvalheiras”, in Melo, A. e Ribeiro, M. C. (coords) *História da Construção. Arquiteturas e técnicas Construtivas*, Ed. CITCEM, Braga: 75-98.

<http://hdl.handle.net/1822/27287>

Richardson, L. (1998): *Pompeian architectural history*, The Johns Hopkins University Press.

Silva, J. F. (2013): *A domus da Zona Arqueológica das Antigas Cavalariças de Braga. Contributo para o estudo da arquitetura doméstica de Bracara Augusta*, Tese Mestrado (policopiada), Universidade Minho, Braga.

Silva, J. R. C. (2000): *A Insula das Carvalheiras. Estudo de um exemplo de arquitectura Privada em Bracara Augusta*. Tese de Mestrado (policopiada), Universidade Minho, Braga.

Uribe Agudo, P. (2008): *La edificación doméstica urbana romana en el Nordeste de la Península Ibérica (séc. I a. C. – III d. C.)*, Tese de doutoramento, Universidad de Zaragoza, Zaragoza.

[Índice]